

## CAPÍTULO XVI

### As Alternativas de um Episódio Burocrático

A demissão do Ministro Sílvio Frota do comando do Exército enfatiza a existência de uma crise política estrutural. Não contribui, entretanto, em nada para a resolução dessa crise. Ainda que a notícia tenha merecido as manchetes dos jornais e provocasse uma certa emoção pelos riscos que envolvia, a rigor não passou de um episódio palaciano. No seio da alta burocracia estatal um oficial dava mostras de indisciplina. Ao pretender (legitimamente) participar de um processo político ilegítimo porque antidemocrático — a sucessão presidencial — o ex-ministro contrariava ordens expressas do Presidente. Ora, nada é mais imperdoável nas burocracias do que a indisciplina, porque nada é mais sagrado do que a hierarquia. O Ministro foi demitido.

As análises anteriores apontavam que o ex-ministro tinha o apoio do Alto Comando das Forças Armadas. Alguns diziam mesmo que seria o candidato do misterioso, porque jamais claramente definido, Sistema, enquanto o General Batista Figueiredo teria o apoio do Presidente Geisel, dos ministros e dos órgãos de segurança. O Alto Comando das Forças Armadas, entretanto, cerrou fileiras em torno do Presidente. Não lhe restava outra alternativa. Quem feriu a hierarquia, quem desobedeceu as instruções, quem se revelou um burocrata não confiável ou não previsível foi o Ministro, não o Presidente.

Por isso está quase correto o Presidente quando afirma em sua nota que "a exoneração do Ministro Frota é uma decisão de caráter pessoal. . . ." Seria mais correto afirmar que se tratou de uma decisão de caráter funcional, através da qual o Presidente procurou preservar sua autoridade dentro da burocracia estatal.

A partir dessa perspectiva a demissão do ministro não tem um sentido político maior. É uma decisão burocrática, palaciana. Em nada reflete as divergências ideológicas estruturais entre democracia e autoritarismo, que estão na base da crise política brasileira. Não é o resultado direto da perda de legitimidade do Governo, nem deriva da crescente ruptura entre a Sociedade Civil e o Estado, entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal. Sem dúvida o episódio reflete a crise.

Mostra que as Forças Armadas estão sendo divididas em face à perda de legitimidade do Governo. Mas não representa a vitória de qualquer uma das forças realmente em conflito. Não é a vitória da democracia, como também não significa a vitória do autoritarismo. É apenas um capítulo particular dentro do autoritarismo vigente.

É certo que o ex-ministro emitiu uma nota de despedida com fortes conotações ideológicas, que nos podem levar a uma confusão. Nesta nota há um significativo elogio à ordem burocrática militar vivida nas casernas, quando afirma: "Preferi, por cinco décadas, viver no puro ambiente das casernas — de sacrifícios e pesados trabalhos -- onde o cansaço traz a sensação do dever cumprido e todas as ações expressam harmonia." Há ainda uma série de críticas ao Governo do qual participava, em que se revela contrário à política externa pragmática do Governo, reabrindo relações diplomáticas com a China e reconhecendo Angola. Por outro lado demonstra um anticomunismo obsessivo, não só colocando a ameaça comunista em toda parte, mas também acusando o Governo de leniência com o comunismo. Finalmente o Ministro Frota denuncia a estatização da economia brasileira como manobra comunista.

Não devemos, entretanto, nos enganar. Estas posições revelam muito mais uma atitude emocional do que uma real divergência ideológica com o Governo que o ministro foi forçado a abandonar. O ex-ministro é autoritário, o Governo

também o é. Tem o anticomunismo como bandeira, mas não é outra a posição do Governo e em particular do novo ministro que o substituiu. A estatização é muito mais fruto de contingências do que da deliberação do Governo.

É verdade que, em sua nota, o ex-ministro revelou-se não apenas autoritário e obsessivamente anticomunista, mas um radical de direita. Por isso a Sociedade Civil provavelmente sentiu uma sensação de alívio quando viu o perigo passar. Afinal o Governo é autoritário e de direita, mas não é radical. Reduziu a tortura existente no país, liberou parcialmente a imprensa e vem fazendo insistentes promessas de liberalização política.

O certo, entretanto, é que o episódio da demissão do ministro do Exército não representou nenhum avanço no sentido de resolver a crise política em que vivemos. Se não marcou a vitória de uma posição radical de direita, também não significou nenhum passo à frente no sentido de restabelecer a democracia neste país.

O Presidente revelou capacidade de comando e saiu politicamente fortalecido. Mas continuou de pé seu projeto de formular mais um pacote de reformas políticas, desta vez no sentido de uma democracia consentida e limitada, ao mesmo tempo em que escolherá o novo presidente que governará este país por seis anos. Em outras palavras, o "diálogo" e o "calendário político" continuam aí. A estratégia de contornar a crise política estrutural através de medidas paliativas, que em última análise visam a manter o país dominado pelo mesmo sistema de poder, não sofreu qualquer alteração.

Isto significa que o impasse político provavelmente continuará. Não se resolvem crises políticas estruturais com medidas dilatórias e paliativas como estas. Sem a convocação democrática de uma constituinte, muito dificilmente um novo Governo terá o mínimo de legitimidade necessária para dirigir a Nação com efetividade. Viveremos um permanente clima de crise política.

Há, porém, uma outra perspectiva para a análise e uma outra alternativa para os próximos eventos. O episódio da demissão do ministro, embora palaciano, burocrático, sem dúvida abriu mais uma oportunidade histórica para o Presidente

Geisel. No começo do seu Governo, o Presidente teve sua primeira oportunidade de se transformar no comandante da volta do país ao Estado de direito. Entretanto, por um erro de cálculo, comprometeu-se demasiadamente com a Arena. Nestas condições, a derrota, nas eleições de novembro de 1974, liquidou com seu projeto de distensão. Depois disso a crise política aprofundou-se. Destruiu as bases da aliança tecno-burocrático-capitalista firmada em 1964. E o Presidente, que pretendia ser sujeito da história, foi cada vez mais reduzido à condição de seu objeto. O fim da distensão e depois o "pacote de abril", pelo seu caráter meramente reativo, têm essa conotação. O "diálogo" e o "calendário político" são também meras reações a uma crise institucional que atinge todos os níveis da sociedade.

Agora, a demissão do General Sílvio Frota, ao revelar no Presidente uma capacidade de comando que o autoritarismo de atos menores vinham obscurecendo, devolveu-lhe a oportunidade de dirigir um efetivo processo de democratização. Vista por este ângulo, a demissão do Ministro foi uma opção do Presidente. E poderia ser o marco do seu reencontro com a Sociedade Civil. Poderia ser o momento em que ele reassumiria o comando da história presente, ao se colocar no seu sentido que é o da democratização.

Não aposto nesta última interpretação nem nesta alternativa mas gostaria de fazê-lo. Há nela muito de "wishfull thinking", muito de desejo por realizar. Talvez seja mais realista prever simplesmente o aprofundamento contínuo da crise política, enquanto se "dialoga" e se escolhem presidentes autoritariamente. Mas será que este episódio não deixou claro pelo menos uma coisa: que não é mais possível pretender-se impor à Nação um presidente por seis anos, a partir de consultas palacianas? Não foi possível para o General Frota, provavelmente não será possível para qualquer outro candidato, civil ou militar. Quando o governo perdeu legitimidade, quando não há nem instituições nem procedimentos legitimados pela Sociedade Civil para escolher-se um Presidente, de duas uma: ou viveremos em crise permanente, ou descobriremos novos rumos para este país; ou o país acabou de viver mais um episódio burocrático, ou realmente abriu-se uma nova oportunidade histórica para o Brasil.

Na verdade as duas interpretações e as duas alternativas que elas comportam não são estritamente exclusivas. Podem-se somar e se entrecruzar dialeticamente. O episódio, ainda que burocrático, pode tornar-se decisivo. A oportunidade histórica pode não ser aproveitada a partir de um ato de vontade presidencial, mas a pressão da Sociedade Civil por uma abertura pode e deve ganhar força, senão por outro motivo, pelo menos por um fato: depois dos acontecimentos do início de outubro, o misterioso Sistema perdeu muito do seu mistério. Suas funções burocráticas ficaram à mostra. Ora, não é a destruição dos mitos a primeira condição da liberdade e da razão?

*(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 1977.)*